



É um erro que os governos queiram sempre destruir o que foi feito para trás [centro Novas Oportunidades]. O que está bem devia ser aproveitado”.

# Entrevista

Entrevista ao sociólogo aljustrelense Elísio Estanque

## O futuro do Alentejo tem três pontas

**O futuro do Alentejo passa pela conjugação das vertentes agrícola, turística e patrimonial, por uma regionalização adequada e um programa desenvolvimentista que combine as mais-valias da região com o sentido de inovação. A fórmula é apresentada ao “Diário do Alentejo” por Elísio Estanque, sociólogo e professor de Estudos Sociais na Universidade de Coimbra. Nascido em Rio de Moinhos, Aljustrel, Elísio Estanque tem estudado temas como classes sociais e desigualdades, relações laborais, sindicalismo e movimentos sociais. O seu último livro, A Classe Média: Ascensão e Declínio, tenta explicar a fragilidade da classe média portuguesa, hoje “a principal vítima das políticas de austeridade”.**

Texto **Alberto Franco**



**A classe média, tal como a conhecemos nos últimos anos, está a desaparecer?**

A classe média portuguesa está de facto em risco de empobrecimento, dado que está a ser a principal vítima das políticas de austeridade. Na verdade, dos cortes salariais da função pública (até 10 por cento) desde janeiro de 2011 e de férias e Natal em 2012, passando pelos aumentos do IVA e outros impostos, das taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde, das restrições nas deduções do IRS em matérias diversas, a classe média – em especial os assalariados do setor terciário e da administração pública –, que no caso de Portugal adquiriu algum poder de compra à custa do estado social, com a expansão dos sistemas públicos de educação, saúde, poder local, etc., conseguindo com isso oportunidades de um emprego estável e com um conjunto de direitos reconhecidos, está agora a sofrer na pele (ao lado dos segmentos mais pobres e dos desempregados em geral) os efeitos destas políticas restritivas, vendo-se assim impedida de continuar a fazer face a despesas, como prestações de casa e outros bens que foram entretanto adquiridos com recurso ao crédito. A classe média assalariada (pelo menos boa parte dela) está “com a corda na garganta”, endividada, sobreendividada, a fazer empréstimos novos para pagar os mais antigos, a recorrer à Caritas às escondidas, a vivenciar a frustração da sua pobreza envergonhada.

**Como deve o Estado acudir aos novos pobres?**

A melhor forma de acudir e combater a pobreza tem de ser estimulando o crescimento económico e a criação de emprego. As políticas públicas e o RSI – Rendimento Social de Inserção constituem ferramentas que o estado social deve continuar desenvolver; mas uma coisa são políticas ativas de criação de emprego e de combate à pobreza e à exclusão, outra coisa é a orientação “caritativa” que trata os mais carenciados como mendigos e indigentes. E infelizmente é esta última mentalidade que parece estar em crescimento. Penso que precisamos com a maior urgência de um programa de estímulo ao emprego jovem, ao emprego qualificado, um programa que premeie não só as empresas que apostem na inovação tecnológica e nas boas práticas – que reconheçam os direitos sociais mais elementares – mas também aquelas que integrem redes de cooperação

com universidades, centros tecnológicos e programas ativos de apoio ao crédito e ao autoemprego dos mais jovens e mais qualificados. Mas não há políticas de crescimento sem investimento público. A austeridade não resolve o problema da economia. Antes pelo contrário, agrava-o.

**O estado social português, nascido após o 25 de Abril, foi demasiado ambicioso?**

O Estado sempre funcionou para os portugueses como uma instância que personifica o poder. O salazarismo ajudou a projetar uma ideia algo distorcida do poder do Estado. Afirmou-o como uma entidade cuja autoridade e cujos recursos são inabaláveis. Tornou-se uma forma de “sacralização” do poder institucional. Os tiques de centralização e de autoritarismo têm muito que ver com isso. No pós-25 de Abril a despesa pública disparou e em diversos períodos usou-se e abusou-se dos recursos públicos como fórmula decisiva para se ganharem eleições. Por outro lado, a partir dos anos 80 do século passado, a entrada de volumosos “fundos estruturais” e ao mesmo tempo a penetração do Estado por poderosos interesses privados criou um conjunto de relações promíscuas, permitindo que em muitos setores os recursos públicos fossem usados de forma descontrolada; e isso continuou a acentuar-se mesmo numa fase em que o crescimento económico já era muito débil. Em suma, o Estado e os diversos governos (com destaque para os governos de Cavaco Silva) não se cansaram de aliciar os portugueses ao endividamento, ao individualismo e ao consumismo, requisitos que então pareciam levar a um enriquecimento rápido. Pura ilusão que se desfez no ar. Tudo foi demasiado rápido. Não o verdadeiro enriquecimento, que só aconteceu para uns quantos negociantes e sobretudo para especuladores ligados à banca e à economia financeira. Os “bons alunos” que quisemos ser aquando da entrada na UE e depois na adesão à moeda única, corresponderam a uma retórica de facilitismo, enquanto a nossa indústria, a agricultura e as pescas estavam a ser devastadas. Essas opções foram em larga medida erradas. E o modo como as aplicaram foi precipitado. Não salvaguardámos devidamente o interesse nacional e os sucessivos governos foram incapazes de traçar um verdadeiro programa de desenvolvimento e modernização do País. Porém, importa reconhecer os muitos progressos que ocorreram no País – que são conquistas da





democracia – como o demonstram os indicadores da educação, da ciência e da saúde, para além da modernização geral das comunicações, das vias de transporte e das infraestruturas. O problema é que isso não se traduziu em ganhos de competitividade na economia.

**Um dos sintomas da crise que atravessamos é o descrédito da classe política e dos partidos, especialmente dos que passaram pelo poder. De que forma podem os governantes recuperar o capital de confiança perdido?**

Eu entendo que os partidos políticos não estão a ser capazes de se abrirem à sociedade, à juventude e de se renovarem. A prova disso é que em cada estudo de opinião os cidadãos (portugueses e europeus em geral) revelam a sua perda de confiança em relação às instituições democráticas e à classe política. Ainda recentemente uma sondagem revelava que apenas 54 por cento dos portugueses consideram que a democracia é o melhor regime político e só cerca de 10 por cento das pessoas confiam nos partidos e nos sindicatos. Isso é muito significativo e preocupante. Penso que isso só se combate com mais transparência, com declaração de interesses e vigilância democrática sobre quem assume cargos públicos, com recurso à democracia participativa, à iniciativa dos cidadãos (mais importância às petições, mais referendos, mais orçamentos participativos no poder local, etc.) e também é necessário rever e alterar a lei eleitoral, dando mais margem de escolha aos eleitores, nomeadamente na escolha seletiva dos candidatos a deputados, como forma de combater os seguidismos e as oligarquias no seio dos partidos e das instituições. Círculos uninominais podem também ajudar.

**Ao mesmo tempo que criticam os políticos, os portugueses resignam-se e aceitam os sacrifícios por eles impostos. Não há aqui uma contradição?**

Há muitas contradições. Desde logo, por exemplo, a questão da “cunha” ou do “padrinho”, que toda a gente condena nos políticos, mas que muitos praticam na sua vida quotidiana. Há de facto uma cultura de fatalismo e resignação, mas isso também tem limites. Quer no pós-25 de Abril de 1974, quer na 1.ª República, quer mesmo nos últimos tempos, temos assistido a fortes manifestações de indignação e de protesto público. Seria muito importante que se estimulasse mais o exercício da cidadania ativa, para começar no poder local, estimulando mais o associativismo e as iniciativas de base, como o cooperativismo e a economia solidária do terceiro setor.

**O atual modelo partidário, que vem desde 1974, permanece válido ou carece de renovação?**

Carece de renovação, sem dúvida. Adaptação de estatutos, maior envolvimento dos militantes de base em eleições “primárias” (na escolha dos candidatos), mas sobretudo mais debate aberto, onde militantes e eleitores

**A tradição agrícola e o latifúndio não se renovaram e a Reforma Agrária não teve, infelizmente, a continuidade que o povo alentejano merecia. Recentemente, o grande investimento da barragem de Alqueva foi uma grande promessa, mas até agora está por cumprir, quer no que respeita à rede de regadio que era suposto promover, quer no que respeita ao desenvolvimento turístico da região**

possam refletir e debater as questões sociais e comunitárias que dizem respeito a todos.

**E o modelo de concertação social em vigor?**

Há dificuldades de diálogo e a cultura da negociação também é frágil em Portugal. Cada parte, em geral, quer ter o poder todo ou a razão toda do seu lado. O mundo não é a preto e branco. É complexo e contraditório. Ninguém tem a razão toda do seu lado. Precisamos de consensos e compromissos, mas isso requer que todas as partes façam cedências. O consenso é isso. Senão é apenas a vontade do mais forte. E o que acontece é que muitas vezes temos um simulacro de concertação. Foi o que aconteceu recentemente com o campo laboral: chega-se à mesa da negociação mas o essencial já está previamente decidido. Assim, estamos

a contribuir para mais crispação e para pôr em risco a coesão social.

**O que lhe parece o recente encerramento de alguns centros Novas Oportunidades?**

Sou contra. Acho um disparate. Mesmo admitindo que há coisas a corrigir e a melhorar, que é preciso mais rigor e mais algum controlo, o programa Novas Oportunidades foi no geral muito positivo. Ajudou à qualificação e reconhecimento das competências profissionais de largos milhares de portugueses. É um erro que os governos queiram sempre destruir o que foi feito para trás. O que está bem devia ser aproveitado.

**Qual o futuro de regiões de forte interioridade, como é o caso do Alentejo?**

Portugal já é há mais de meio século uma sociedade dual (como lhe chamou o professor Adérito Sedas Nunes, o fundador da sociologia portuguesa), com grandes desequilíbrios entre o mundo rural e as principais metrópoles, entre o interior e o litoral. Ora, esse desequilíbrio agravou-se muito nas últimas décadas sem que entretanto tivessem sido criados e implementados projetos de desenvolvimento sustentável baseados em conhecimento inovador e com potencialidades para fixar as gerações mais jovens e mais qualificadas. O Alentejo é um desses casos. A tradição agrícola e o latifúndio não se renovaram e a Reforma Agrária não teve, infelizmente, a continuidade que o povo alentejano merecia. Recentemente, o grande investimento da barragem de Alqueva foi uma grande promessa, mas até agora está por cumprir, quer no que respeita à rede de regadio que era suposto promover, quer no que respeita ao desenvolvimento turístico da região. E creio que o futuro do Alentejo passará pela conjugação dessas duas vertentes: agricultura e turismo – ou talvez três, somando-lhe o património. Um turismo de qualidade mas que não pode ser apenas elitista ou dependente dos campos de golfe. Deve envolver as populações e revitalizar as comunidades locais, nomeadamente oferecendo-lhes cultura e promovendo a própria cultura e tradições locais. Precisamos de uma regionalização

adequada que descentralize poderes e estimule os agentes locais. Precisamos de um programa desenvolvimentista com capacidade de gerar projetos e redes, orientados para a governança (isto é, congregando esforços diversos, de agentes públicos e privados e dinamizando o associativismo de base local) que saiba combinar a enorme riqueza patrimonial e paisagística da região alentejana com o sentido de inovação, que atraia investimento e emprego para fixar a juventude e estimular o crescimento económico.

**Para preparar a sua tese de doutoramento trabalhou numa fábrica de calçado. Como foi essa experiência?**

Eu trabalho desde os 16 anos e concluí o meu curso como trabalhador-estudante, em Lisboa. Mas realmente nunca tinha trabalhado numa fábrica. Essa experiência junto do operariado do calçado em São João da Madeira (1996), onde fiz questão de, durante três meses, cumprir todos os horários da empresa e onde desempenhei diversas tarefas na linha de montagem, foi para uma experiência extremamente rica. O grupo operário transporta consigo uma inteligência de experiência feita, que muitas vezes foi desarmante e pôs em causa alguns dos meus preconceitos (de classe média...). Esse mergulho no mundo da indústria permitiu-me perceber melhor o potencial e capacidade criativa das pessoas. Entendi melhor a importância das lideranças, e da falta delas. A análise do setor industrial do calçado permitiu-me compreender como uma atividade económica pode ser inovadora em tecnologia mas muito conservadora na gestão de recursos humanos. Compreendi melhor o modo como se combinam a atividade industrial e a pequena agricultura familiar, o lado formal e informal na gestão das organizações. O paternalismo e autoritarismo patronais, presentes no setor, refletem também a estreita ligação entre a vida na empresa e a comunidade: os laços pessoais, familiares e de vizinhança, que existem naquela região, ajudam a explicar o porquê de um setor tão competitivo mas onde ainda se praticam salários extremamente baixos e abusos de poder muito preocupantes.